

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE COMPARATIVA COM A UNIÃO EUROPEIA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1995 A 2014)¹

THE OVEREXPLOITATION OF THE WORKFORCE IN LATIN AMERICA: COMPARATIVE ANALYSIS WITH THE EUROPEAN UNION AND THE UNITED STATES OF AMERICA (1995 TO 2014)

José Flávio Avila

Economista, Doutor em Políticas Públicas e Direitos Humanos (UCPel), Mestre em Economia do Desenvolvimento (PUCRS), Especialista em Ciência Política (UFPe), Bacharel em Ciências Econômicas (FURG). E-mail: zeflavio4985@yahoo.com.br

RESUMO:

O objetivo deste artigo é discutir a exploração do trabalho na América Latina utilizando o conceito de superexploração do trabalho de Ruy Mauro Marini. Para isso, será realizada uma comparação entre as participações dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) na América Latina, na União Europeia e nos Estados Unidos da América. O trabalho está estruturado em cinco seções. Além da introdução, na segunda se faz uma breve incursão sobre o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho. Na terceira, apresenta-se o conceito de superexploração do

trabalho de Ruy Mauro Marini. Na quarta, são analisados os dados colhidos junto às fontes. Por fim, apresenta-se as conclusões. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e os dados foram analisados utilizando-se de estatística descritiva básica. Os resultados encontrados mostram a existência de uma superexploração do trabalho na América Latina, confirmando a tese de Marini.

PALAVRAS-CHAVE:

Superexploração. Força de Trabalho. América Latina.

¹ Este artigo é baseado no trabalho final apresentado à disciplina Desenvolvimento e Economia Política na América Latina do curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos da UCPel, ministrada pelo Prof. Dr. César Augusto Soares da Costa.

ABSTRACT:

The objective is to discuss the exploitation of labor in Latin America using the concept of superexploitation of work by Ruy Mauro Marini. For this, a comparison will be made between the participation of wages in the Gross Domestic Product (GDP) in Latin America, the European Union and the United States of America. The work is divided into five sections. In addition to the introduction, in the second part there is a brief incursion on the role of Latin America in the international division of labor. In the third, the concept of overexploitation of the work of Ruy Mauro Marini is presented. In the fourth, the data collected from the sources are analyzed. Finally, the conclusions are presented. The methodology used was documentary research and data were analyzed using basic descriptive statistics. The results found show the existence of an overexploitation of work in Latin America, confirming Marini's thesis.

KEYWORDS:

Overexploitation. Workforce. Latin America.

1 INTRODUÇÃO

O caminho do desenvolvimento socioeconômico que os países percorrem deve ser compreendido como resultado de opções tomadas pelos que neles exercem o poder. Suas visões de mundo conduzem a ações que permitem que poucos, em detrimento da maioria, se apropriem da riqueza socialmente produzida. Logo, desigualdade e pobreza devem ser vistas não como consequência inevitável da evolução da humanidade, mas sim da ação dos homens e, portanto, determinadas por um complexo processo histórico que as gera e reproduz.

Sendo assim, a forma como a América Latina foi ocupada pelos colonizadores europeus e a maneira como o território foi inserido no mercado internacional resultou em um processo de desenvolvimento onde a existência da desigualdade e da pobreza não ocorre devido à falta de recursos e sim da desigual distribuição desses. Essa visão de processo histórico é de grande importância para a compreensão do quadro de desigualdade socioeconômica e pobreza vivenciado na América Latina, pois a região constitui parte integrante e especializada do mercado mundial.

A América Latina² é, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a região que apresenta os mais elevados graus de desigualdade e um dos maiores graus de pobreza do mundo. Essa situação é oriunda do processo histórico adotado desde a colonização do território latino-americano que, pelas opções e ações dos colonizadores e governantes,

constituíram países nos quais a riqueza socialmente gerada é apropriada de forma extremamente desigual em benefício das elites governantes.

Esse processo de apropriação da riqueza nos países latino-americanos é analisado por Ruy Mauro Marini. Em sua obra intitulada *Dialética da Dependência*, ele introduz o conceito da superexploração do trabalho, com o qual procura demonstrar que nos países da referida região os trabalhadores estão sujeitos a um nível maior de exploração do que aqueles dos países desenvolvidos. Isso devido ao fato de que a burguesia local busca minimizar os efeitos da sua perda de lucro oriunda da relação estabelecida entre ela e a burguesia dos países centrais.

Este trabalho tem o objetivo de discutir a exploração do trabalho na América Latina. Para tal, utiliza-se o conceito de superexploração do trabalho presente na obra de Ruy Mauro Marini. Para se averiguar a existência ou não de uma superexploração do trabalho na América Latina, realiza-se uma comparação entre as participações dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) na América Latina, na União Europeia e nos Estados Unidos.

Para atingir o objetivo proposto, o presente artigo está estruturado em cinco seções. Além da presente introdução, na segunda seção se faz uma breve incursão sobre o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho. Na terceira, apresenta-se o conceito de superexploração do trabalho de Ruy Mauro Marini. Na quarta seção, são analisados os dados. E, por fim, apresentam-se as considerações finais.

² O termo América Latina se refere à região da América do Sul, América Central, do Caribe e o México.

2 O PAPEL DA AMÉRICA LATINA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A América Latina se insere no sistema de divisão internacional do trabalho a partir da ocupação de seu território pelos europeus no processo de expansão mercantilista que ocorre no século XVI. Desde esse momento, o território latino-americano esteve ligado aos interesses do mundo ocidental, inicialmente pelo colonialismo e, posteriormente, por um modelo de capitalismo dependente (MARINI, 2012).

Os países da região se desenvolveram economicamente "em estreita consonância com o capital internacional" e, devido as características da colonização a que foram submetidos, tornaram-se exportadores de metais preciosos e produtos agrícolas fundamentais para a expansão da economia europeia e que "abriram o caminho para a criação da grande indústria" (MARINI, 2000, p. 107-108). Ou seja, o tipo de colonização a que foi submetida a América Latina foi um dos fatores propulsores da Revolução Industrial.

Tem-se, então, a Revolução Industrial como um marco, ao mesmo tempo, da dependência e da subordinação latino-americana, mesmo que agora a região seja constituída por nações politicamente independentes. As transformações econômicas pelas quais passaram os países latino-americanos levaram, na realidade, ao aumento do grau de dependência, uma vez que foram voltadas para atender as necessidades do capitalismo, agora industrial, dos países europeus, pois o processo de industrialização dos países da região foi pensado e levado a efeito

dentro de uma lógica de produção e exportação dos chamados bens primários, cuja função era o de abastecer com matérias-primas a indústria dos países desenvolvidos.

Mesmo com as alterações ocorridas a partir do advento das políticas desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (especialmente na segunda metade do século XIX), o quadro geral não sofre uma alteração profunda. Embora a industrialização tenha se tornado um setor importante para algumas das economias regionais, seu papel central não se modifica.

Basicamente, a produção da nova indústria local é voltada para o consumo interno e, no limite, para a produção de bens considerados matéria-prima para a indústria dos países centrais, tendo seu desenvolvimento financiado pelas economias centrais. Isso mantém a subordinação e dependência, bem como reserva as economias latino-americanas à função de meras reprodutoras da lógica do capital internacional.

Sobre a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, Furtado (2003, p. 88) alerta para o fato de que é preciso compreender o subdesenvolvimento

[...] como uma criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial [...].

Contudo, a função central reservada à economia latino-americana no interior do sistema capitalista internacional é mais

ampla e profunda do que apenas a transferência de ativos via a exportação de matérias-primas e bens primários para os países desenvolvidos. Seu papel central é o de permitir que a acumulação da riqueza se desloque para o campo do aumento da produtividade do trabalho (MARINI, 2000).

Assim sendo, o subdesenvolvimento não pode ser visto como uma etapa a ser ultrapassada para que as economias latino-americanas atinjam um patamar posterior desenvolvido, mas como elemento necessário para a existência e manutenção do desenvolvimento nos países centrais no interior do modo capitalista de produção. Uma vez que

a forma como o produto social se reparte entre os membros da comunidade constitui, seguramente, um dos traços mais característicos da estrutura econômica. Este aspecto é particularmente significativo no que se refere às economias subdesenvolvidas. (FURTADO, 2007, p. 144).

E considerando-se a matriz cultural que formatou as sociedades latino-americanas e a forma subalterna e dependente como essas foram inseridas no sistema internacional de divisão do trabalho, não se pode estranhar o modo como as riquezas produzidas no território, após a independência política dos países da região, restou distribuída.

De acordo com Salama e Valier (1997, p. 14):

as classes dirigentes sul-americanas tentaram conservar padrões de vida europeus, o que hoje se traduz por uma profunda desigualdade de renda. De fato, as camadas mais abastadas - classe média inclusive [...] - procuram ter um nível de renda comparável àquele que teriam se

vivessem na Europa ou nos Estados Unidos.

Entretanto, como essas classes dirigentes são, elas mesmas, assim como a economia dos países em que vivem, dependentes e subalternas às classes dirigentes dos países centrais, este padrão de vida não pode se repetir sem que uma forma diferente de apropriação da riqueza socialmente produzida seja gestada no interior da América Latina. A essa nova forma de apropriação, Ruy Mauro Marini denomina de superexploração do trabalho.

3 RUY MAURO MARINI E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

No decorrer das décadas de 1960 e 1970 se aprofundam, na América Latina, as tentativas de discutir o problema do subdesenvolvimento no qual a região está imersa a partir de uma visão não eurocêntrica. Nesse contexto, de acordo com Traspadini e Stédille (2011), quatro "correntes ideológicas" estão em debate no que eles denominam de "pensamento de esquerda". São elas: "os partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional, o foquismo, a CEPAL e a Escola da Dependência" (TRASPADINI; STÉDILE, 2011, p. 17). É nessa última corrente que Marini desenvolve o conceito de superexploração do trabalho.

3.1 A ESCOLA DA DEPENDÊNCIA

Historicamente, o período é de refluxo das forças de esquerda. Os partidos comunistas estão proscritos em vários países da

região e na defensiva em outros. O foquismo está em baixa com o assassinato do Che, na Bolívia. A teoria desenvolvimentista da CEPAL não havia conseguido dar respostas práticas para o problema do subdesenvolvimento latino-americano e ditaduras – civis, militares ou cívico-militares – se espalhavam pelo continente.

Econômica e socialmente, os aspectos mais perversos das sociedades da periferia do capitalismo se acentuavam com o aumento da concentração da riqueza e da desigualdade social. Segundo Traspadini e Stédille (2011, p. 27-28),

Nesse cenário, ganha importância a iniciativa de um grupo de intelectuais de esquerda, brasileiros, argentinos e mexicanos, a maioria já no exílio, que retoma o debate das características da dependência latino-americana [...].

Esse grupo constituiu o que veio a ser conhecido como Escola da Dependência. Era, na verdade, mais um espaço de diálogo e debate sobre os problemas do desenvolvimento e da dependência latino-americana do que propriamente uma escola de pensamento. Isso porque, no seu interior, dois grupos se distinguem: um de orientação capitalista e outro de orientação marxista.

Mesmo com suas divergências, os dois grupos apresentam uma importante diferenciação na interpretação da realidade latino-americana: a visão que o desenvolvimento do capitalismo foi o responsável pela divisão internacional do trabalho vigente, na qual desenvolvimento e subdesenvolvimento têm a função de

garantir a manutenção do sistema. Porém, enquanto o primeiro grupo argumentava que era possível superar os problemas existentes na América Latina a partir de uma maior integração ao capital internacional, o segundo defendia que a dependência e o subdesenvolvimento só poderiam ser superados por meio de uma revolução de caráter socialista.

Esse segundo grupo se constituiu na vertente marxista da Escola da Dependência e se desenvolveu a partir do pensamento e das obras de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Ruy Mauro Marini, tendo sido fortemente influenciada por Paul Baran e Andre Gunder Frank³ (MARTINS, 2011). Segundo Martins (2011, p. 237), a influência de Paul Baran e Gunder Frank se dá, pelo destaque que dão em seus trabalhos "à apropriação internacional dos excedentes dos países periféricos e subdesenvolvidos por meio dos monopólios comerciais, produtivos e financeiros controlados desde os países centrais".

De acordo com o autor, Paul Baran mostrou que os excedentes gerados nos países subdesenvolvidos seriam "apropriados pelos investimentos estrangeiros e todo o sistema financeiro e comercial organizado em torno deles" (MARTINS, 2011, p. 237-238). Já Gunder Frank "desenvolve uma concepção sistêmica com a qual o mundo se divide em metrópoles e satélites [...] condição determinada pela capacidade positiva ou negativa de se apropriar dos excedentes gerados [...]" (MARTINS, 2011, p. 237-238).

³ Para Traspadini e Stédille (2011), André Gunder Frank fazia parte do grupo que se identificou com a interpretação marxista da dependência. Os autores ainda incluem, dentro dos componentes do grupo, Augustin Cueva.

Uma vez que é a apropriação do excedente que define a relação metrópole/satélite – ou desenvolvido/subdesenvolvido – e que o excedente dos subdesenvolvidos é apropriado pelos países desenvolvidos, então, como as burguesias locais poderiam manter um padrão de vida similar ao das burguesias dos países centrais? É para responder a essa questão que Marini desenvolve os conceitos de superexploração e subimperialismo. No que diz respeito a este trabalho, interessa detalhar o primeiro.

3.2 O CONCEITO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Marx demonstra em “O Capital” que a mercadoria pode circular de duas formas: uma na forma mercantil simples e outra na forma mercantil capitalista. A primeira é expressa pela fórmula $M \rightarrow D \rightarrow M$ e a segunda pela fórmula $D \rightarrow M \rightarrow D'$ na qual $D' = D + \Delta D$. Onde:

M = mercadoria

D = dinheiro

D' = dinheiro acrescido

ΔD = acréscimo de dinheiro

Ou seja, a segunda fórmula representa a utilização de dinheiro na forma de capital que será usado para adquirir as mercadorias necessárias ao processo de produção, cuja finalidade é produzir uma mercadoria acrescida de valor (M') e que tenha a capacidade de ser vendida por um valor maior, retornando ao capitalista como

D' (MARX, 2011). É esse valor maior (ΔD), acrescido ao valor inicial (D), que Marx denomina de mais-valia⁴.

Temos, então, que o processo de produção capitalista se realiza quando o proprietário do capital adquire as mercadorias necessárias para a transformação de D em D'. Entre essas mercadorias está uma que possui uma qualidade especial que a diferencia de todas as outras mercadorias, a capacidade de criar valor, ou seja, "ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa" (NETTO; BRAZ, 2012, p. 113). Essa mercadoria é a força de trabalho.

De acordo com Marx (2011, p. 235):

o trabalhador acrescenta ao material, ao objeto de trabalho, novo valor, por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho. Além disso, os valores e os meios de produção consumidos reaparecem como partes componentes do valor do produto [...].

Logo, se os meios de produção – a força de trabalho entre eles – e seus valores reaparecem no valor do produto final e, sendo a força de trabalho o único capaz de agregar valor às mercadorias e, portanto, transformar M em M', é somente da força de trabalho que o capitalista pode extrair a mais-valia.

De acordo com Netto e Braz (2012, p. 113):

[...] é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) - e este último é maior que o primeiro.**

⁴ Não se faz, aqui, a distinção entre mais-valia absoluta e relativa.

É dessa forma que o capitalista se apropria do mais-valor produzido pelo trabalhador e é aí que reside a exploração do segundo pelo primeiro.

Analisando como se dão as relações entre a burguesia dos países dependentes com os trabalhadores dos mesmos e com a burguesia dos países desenvolvidos, Marini chega ao conceito de superexploração do trabalho.

Segundo Traspadini e Stédille (2011, p. 33), a "superexploração do trabalho é a principal categoria desenvolvida por Marini para explicar a particularidade histórica que cumpre a América Latina no âmbito geral de reprodução do capital". Ela constitui-se na forma pela qual os capitalistas locais buscam compensar a mais-valia que deixam de se apropriar devido ao seu relacionamento subalterno e dependente com os capitalistas dos países desenvolvidos.

Como vimos, o papel reservado à América Latina na ordem capitalista de divisão internacional do trabalho é o de região fornecedora de matérias-primas e bens primários. Ora, quanto mais trabalho utilizado na produção de uma mercadoria maior é seu valor de troca – como mostra Marx em "O Capital" –, então, fica evidente que as relações de trocas internacionais se dão em termos desiguais e desfavoráveis aos países subdesenvolvidos.

De acordo com Marini (2000, p. 122), é evidente

que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas [...], mas compensar a perda de renda gerada

pelo comércio internacional, através do recurso de uma maior exploração do trabalhador.

Temos, então, que para manter seu padrão de vida similar aos da burguesia dos países desenvolvidos, a burguesia local lança mão do expediente de uma maior exploração dos trabalhadores do que a existente nos países centrais. Essa maior exploração se dá através da utilização de três mecanismos, de acordo com Marini (2000, p. 125): "a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho [...]".

Esses três mecanismos, que podem ocorrer de forma separada ou em conjunto, configuram a superexploração do trabalho que ocorre nos países dependentes – latino-americanos entre eles –, pois através deles o capitalista sub-remunera o trabalhador (MARINI, 2000).

Estabelecido o conceito de superexploração do trabalho, resta saber se, efetivamente, esse mecanismo é utilizado pela burguesia latino-americana.

4 APROPRIAÇÃO DA RIQUEZA PELO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

Nesta seção, analisa-se as relações entre a participação das pessoas assalariadas no PIB da América Latina, dos Estados Unidos e da União Europeia com o intuito de verificar a aplicabilidade do conceito de superexploração do trabalho elaborado por

Marini na América Latina e, assim, buscar uma melhor compreensão dos motivos pelos quais desigualdade e pobreza são elementos persistentes na região.

Alarco Tosoni (2017, p. 263) mostra que

desde os economistas clássicos [...] tornou-se evidente que é impossível estudar o crescimento econômico sem analisar o que acontece com o comportamento dos principais agentes econômicos da sociedade (assalariados, proprietários dos meios de produção e rentistas), e com a conseqüente distribuição fatorial da renda.⁵

O autor ressalta a importância dessa análise quando menciona que, para Kalecki (1956), "uma maior participação de salários e ordenados no produto geraria maior crescimento econômico por meio de um maior multiplicador de gastos" (ALARCO TOSONI, 2017, p. 263)⁶. E, uma vez que, de acordo com Alarco Tosoni (2017, p. 279),

[...] determinou-se empiricamente a relação direta entre a participação salarial no PIB e o crescimento econômico [...]. Por outro lado, em um estudo prévio (com período mais curto), se determinou [...] que não se pode rechaçar que a massa salarial causa o crescimento econômico, sendo a relação dominante para a maioria das economias latino-americanas e para toda o conjunto da região.⁷

Comparar a participação dos salários no PIB entre uma região subdesenvolvida e dependente, como é a América Latina, com a participação dos salários no PIB de regiões desenvolvidas, como são a União Europeia e os Estados Unidos, permitirá verificar a ocorrência ou não da superexploração do trabalho na primeira, como afirma Marini.

4.1 FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

4.1.1 Fonte de dados

Justifica-se iniciar pela divulgação da fonte de dados pelo fato de que, por serem diversas, sua apresentação prévia permite uma melhor compreensão da metodologia utilizada para sua análise.

Os dados utilizados para este trabalho são os disponibilizados pelo Banco Mundial através de sua base de dados Indicadores de Desenvolvimento Mundial, disponibilizados pela Fundação Francisco Manoel dos Santos através da Base de Dados de Portugal Contemporâneo (PORDATA), que utiliza a base de dados do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat), entre outras do Economic Data do FRED e, também, os extraídos da base de dados gentilmente enviada pelo professor da Universidad del Pacífico, Germán Alejandro Alarco Tosoni⁸.

⁵ Desde los economistas clásicos [...] se hizo evidente que es imposible estudiar el crecimiento económico sin analizar lo que ocurre con el comportamiento de los principales agentes económicos de la sociedad (asalariados, propietarios de los medios de producción y rentistas), y con la consiguiente distribución factorial del ingreso. (Alarco Tosoni, 2017, p. 263)

⁶ una mayor participación de los sueldos y salarios en el producto generaría un mayor crecimiento económico por medio de un mayor multiplicador del gasto. (Alarco Tosoni, 2017, p. 263)

⁷ [...] se ha determinado empíricamente la relación directa entre la participación salarial en el PIB y el crecimiento económico [...]. Por otra parte, en un estudio previo (con período más corto), se determinó [...] que no se puede rechazar el hecho de que la masa salarial causa el crecimiento económico, siendo la relación dominante para la mayoría de las economías latinoamericanas y para toda la región en conjunto.

⁸ A base de dados do professor Alarco Tosoni foi fornecida por ele através de e-mail em 15/08/2017, tendo sido utilizada para a construção, além deste trabalho, para o seguinte trabalho: **Participación Salarial y Crecimiento Económico en América Latina, 1950-2011**, publicado na Revista CEPAL, nº 113, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/tipo/revista-cepal>> Acesso em: 30 ago. 2017.

4.1.2 Metodologia

Para possibilitar a verificação da existência da superexploração do trabalho na América Latina, optou-se por realizar uma comparação entre a participação dos salários no PIB de três regiões: América Latina⁹, União Europeia¹⁰ e Estados Unidos.

Os dados dos países, obtidos junto às bases de dados mencionadas na subseção anterior, foram, inicialmente, agrupados da seguinte forma:

a) PIB: para determinar o PIB de cada uma das regiões estudadas somou-se o PIB – fornecido pelo Banco Mundial – dos países que as compõem;

b) Participação dos salários no PIB: aqui, foram dois os procedimentos utilizados:

b.1) Para determinar o valor monetário da participação dos salários no PIB na América Latina utilizou-se os percentuais contidos na base de dados fornecida pelo professor Alarco Tosoni¹¹ e aplicou-se esses percentuais sobre os valores do PIB encontrados na base de dados do Banco Mundial;

b.2) Para determinar os percentuais de participação dos salários no PIB da União Europeia e dos Estados Unidos utilizou-se, inicialmente, os valores apresentados na base de dados PORDATA para a União Europeia e do FRED¹² para

os Estados Unidos. Com eles, estabeleceu-se os percentuais de participação dos salários no PIB que, posteriormente, foram aplicados aos valores do PIB disponibilizados pelo Banco Mundial;

b.3) Para definir os valores regionais do PIB, somou-se os valores dos PIBs dos países que os compõem; e,

b.4) Para determinar os percentuais de participação dos salários no PIB de cada região, utilizou-se a média dos percentuais dos países que as compõem.

A série temporal utilizada compreende os anos de 1995 à 2014, perfazendo um total de 20 períodos temporais.

O PIB é apresentado em sua versão de Paridade de Poder de Compra (PPP), que é o Produto Interno Bruto convertido em dólares internacionais usando taxas de PPP, onde um dólar internacional tem o mesmo poder de compra em relação ao PIB, como o dólar americano nos Estados Unidos. Os valores monetários utilizados são apresentados em dólares internacionais constantes de 2011¹³.

4.2 ANÁLISE DE DADOS

O primeiro passo, no âmbito deste trabalho, é analisar a evolução do PIB das regiões estudadas e das parcelas desse que foram apropriadas pelos trabalhadores no transcorrer do tempo. Após realizar

⁹ Para fins deste trabalho, compreende-se como América Latina o seguinte conjunto de países (16): Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os países foram escolhidos pela disponibilidade de dados mais ampla no período.

¹⁰ A União Europeia é representada pelo conjunto dos seguintes países (28): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Holanda, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia.

¹¹ Na base de dados do professor Alarco Tosoni constam duas séries diferentes para a Argentina. Neste trabalho, optou-se por utilizar aquela que apresentava os maiores percentuais de participação dos salários no PIB para que, dessa forma, se obtivesse um resultado "puxado" para cima, evitando que se pudesse "forçar" a confirmação, a *priori*, da tese de Marini.

¹² Federal Reserve Bank of St. Louis.

¹³ Preços constantes significa que os valores de cada ano estão avaliados aos preços de um determinado ano, selecionado como ano base. No caso, o ano base é 2011.

estas análises, pode-se verificar as relações existentes entre as remunerações e o PIB em cada uma das regiões e, assim, estabelecer se, realmente, existe uma superexploração da força de trabalho na América Latina.

Na Tabela 1 são apresentados os valores do PIB e das remunerações na União Europeia, nos Estados Unidos e na

América Latina e, nas Tabelas 2 e 3 as respectivas estatísticas descritivas. Através desses valores pode-se verificar qual foi o comportamento do PIB nas regiões estudadas, bem como a evolução das parcelas do mesmo que foram apropriadas pelas remunerações no decorrer do período estudado nas três regiões que são analisadas neste trabalho.

Tabela 1 - Total do PIB e das remunerações nas regiões estudadas (1995 - 2014) em \$ milhões

| Ano | União Europeia | | Estados Unidos | | América Latina | |
|------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | PIB | Remuneração | PIB | Remuneração | PIB | Remuneração |
| 1995 | 12.808.591,04 | 6.163.275,69 | 9.518.133,43 | 4.650.502,93 | 4.763.893,86 | 1.707.270,89 |
| 1996 | 13.077.423,86 | 6.241.419,83 | 9.686.062,09 | 4.696.296,89 | 4.931.244,76 | 1.706.259,07 |
| 1997 | 13.437.187,18 | 6.365.222,93 | 9.952.897,75 | 4.774.347,90 | 5.196.120,59 | 1.845.221,39 |
| 1998 | 13.833.295,14 | 6.539.613,15 | 10.248.546,26 | 4.870.430,47 | 5.311.844,03 | 1.891.093,96 |
| 1999 | 14.242.236,60 | 6.790.558,67 | 10.551.647,80 | 5.040.408,53 | 5.303.575,15 | 1.885.395,95 |
| 2000 | 14.795.760,02 | 7.077.923,04 | 10.959.747,18 | 5.236.274,94 | 5.502.210,65 | 1.959.587,90 |
| 2001 | 15.136.664,88 | 7.266.313,90 | 11.201.521,12 | 5.330.542,12 | 5.527.936,16 | 2.000.383,94 |
| 2002 | 15.356.235,93 | 7.350.172,89 | 11.320.187,79 | 5.390.173,21 | 5.532.334,88 | 1.958.073,73 |
| 2003 | 15.585.110,96 | 7.437.116,76 | 11.409.998,85 | 5.428.014,47 | 5.635.262,50 | 1.995.306,40 |
| 2004 | 16.012.571,33 | 7.560.147,61 | 11.678.060,61 | 5.479.529,23 | 5.992.425,52 | 2.097.662,67 |
| 2005 | 16.366.763,26 | 7.687.485,73 | 11.882.114,22 | 5.554.651,10 | 6.264.428,62 | 2.130.789,74 |
| 2006 | 16.943.931,06 | 7.912.455,92 | 12.273.370,46 | 5.685.808,84 | 6.607.582,20 | 2.263.096,13 |
| 2007 | 17.497.559,03 | 8.139.872,08 | 12.651.604,91 | 5.818.815,80 | 6.992.548,06 | 2.409.862,61 |
| 2008 | 17.615.715,29 | 8.293.923,66 | 12.707.406,73 | 5.958.243,95 | 7.276.611,60 | 2.495.279,01 |
| 2009 | 16.850.887,41 | 8.183.452,26 | 12.124.752,13 | 5.880.241,10 | 7.133.600,47 | 2.571.432,36 |
| 2010 | 17.201.660,04 | 8.244.190,84 | 12.372.993,72 | 5.922.211,09 | 7.570.950,77 | 2.657.496,10 |
| 2011 | 17.491.187,51 | 8.318.723,62 | 12.557.155,13 | 5.984.237,05 | 7.928.037,97 | 2.782.222,14 |
| 2012 | 17.408.694,35 | 8.324.910,47 | 12.436.647,18 | 5.962.156,14 | 8.166.015,40 | 2.951.940,69 |
| 2013 | 17.453.277,89 | 8.334.562,24 | 12.400.557,09 | 5.942.059,31 | 8.402.334,08 | 3.072.059,21 |
| 2014 | 17.755.321,52 | 8.446.084,67 | 12.554.885,60 | 6.011.748,33 | 7.972.818,76 | 2.933.976,80 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas do PIB nas regiões estudadas (1995 - 2014)

| Estatísticas | PIB | | |
|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | União Europeia | Estados Unidos | América Latina |
| Média | 15.843.503,72 | 11.524.414,50 | 6.400.588,80 |
| Mediana | 16.189.667,30 | 11.780.087,42 | 6.128.427,07 |
| Desvio padrão | 1.667.322,21 | 1.054.255,09 | 1.186.926,07 |
| Assimetria | -0,534310278 | -0,667695069 | 0,328091176 |
| Intervalo | 4.946.730,48 | 3.189.273,30 | 3.638.440,22 |
| Mínimo | 12.808.591,04 | 9.518.133,43 | 4.763.893,86 |
| Máximo | 17.755.321,52 | 12.707.406,73 | 8.402.334,08 |
| Soma | 316.870.074,30 | 230.488.290,05 | 128.011.776,03 |
| Contagem | 20 | 20 | 20 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das remunerações nas regiões estudadas (1995 - 2014)

| Estatísticas | Remuneração | | |
|--------------|----------------|----------------|----------------|
| | União Europeia | Estados Unidos | América Latina |
| Média | 7.533.871,30 | 5.480.834,67 | 2.265.720,53 |
| Mediana | 7.623.816,67 | 5.517.090,17 | 2.114.226,21 |
| Intervalo | 2.282.808,98 | 1.361.245,40 | 1.365.800,14 |
| Mínimo | 6.163.275,69 | 4.650.502,93 | 1.706.259,07 |
| Máximo | 8.446.084,67 | 6.011.748,33 | 3.072.059,21 |
| Soma | 150.677.425,96 | 109.616.693,40 | 45.314.410,69 |
| Contagem | 20 | 20 | 20 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Como era esperado, a América Latina se encontra em um patamar de geração de riquezas muito inferior à União Europeia e aos Estados Unidos, caracterizando-se, de forma inequívoca, como uma região sub-desenvolvida e periférica.

Um dado que não pode ser menosprezado é o fato de que, no período analisado, o valor máximo do PIB latino-americano é inferior ao valor mínimo do PIB, tanto da União Europeia, quanto dos Estados Unidos, o que fortalece a visão de que a região faz parte da periferia do sistema capitalista mundial.

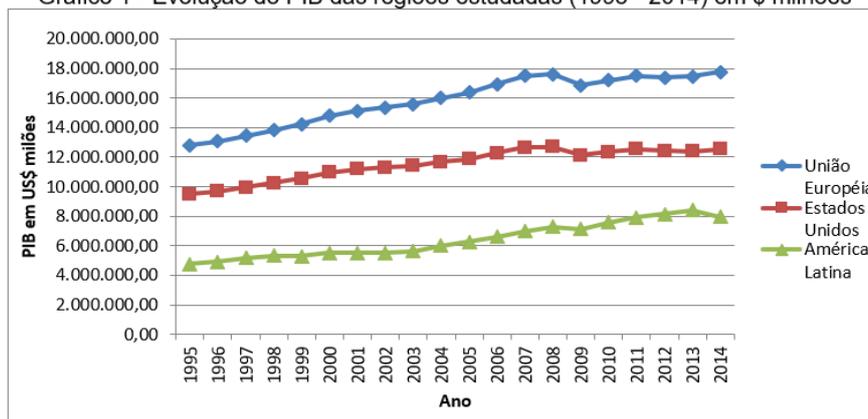
Quando se compara os valores máximos e mínimos dos PIBs, verifica-se que a América Latina apresenta um intervalo ligeiramente superior ao dos Estados Unidos e inferior ao da União Europeia. Esses resultados indicam que, no decorrer

do período analisado houve, na América Latina, uma variação maior da produção de riqueza quando comparada aos Estados Unidos e menor quando comparada a União Europeia.

As diferenças de produção de riqueza entre as regiões desenvolvidas e a América Latina podem ser consideradas elevadas. A soma do PIB da União Europeia é 2,5 vezes superior à da América Latina e a soma do PIB dos Estados Unidos é 1,8 vezes maior quando comparada com a latino-americana.

No Gráfico 1 pode-se verificar que o PIB da União Europeia e dos Estados Unidos apresentam, ao longo de todo o período, uma tendência de crescimento, enquanto que o da América Latina, embora em elevação, apresenta no último ano um decréscimo.

Gráfico 1 - Evolução do PIB das regiões estudadas (1995 - 2014) em \$ milhões



Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Pode-se verificar a tendência de alta dos PIBs das regiões desenvolvidas no decorrer do espaço de tempo analisado. Mesmo tendo apresentado um declínio entre os anos de 2008 e 2009 (o que era esperado em decorrência da crise econômica), a recuperação iniciou-se com mais intensidade na União Europeia já no ano de 2010, mantendo, a partir daí, um viés de alta.

O mesmo não ocorreu com o PIB da América Latina, onde a tendência de alta manteve-se mesmo no período da crise de 2008, tendência essa que reverteu-se no período final da série quando, entre os anos de 2013 e 2014, declinou.

Assim como ocorre com o PIB, quando se compara os valores máximos e mínimos das remunerações, verifica-se que a América Latina apresenta um intervalo ligeiramente superior ao dos Estados Unidos e inferior ao da União Europeia, indicando, também, que no período temporal analisado, a apropriação da riqueza na América Latina variou mais intensamente quando comparada aos Estados Unidos e com menor intensidade quando comparada a União Europeia.

Com PIB inferior aos das outras duas regiões, não poderia se esperar que as remunerações na América Latina apresentassem um comportamento diferente, ou seja, que em valor nominal (mesmo que em \$ PPP) fossem superiores aos valores da União Europeia e dos Estados Unidos.

Todavia, para que se possa verificar a existência ou não de uma superexploração da força de trabalho na América Latina, os valores absolutos não são sufici-

entes, pois mostram apenas que essa é uma região mais pobre que as demais. Para o objetivo proposto é necessário que sejam analisadas as relações existentes entre as remunerações dos trabalhadores e os PIBs das três regiões.

Com relação as remunerações, os dados da Tabela 1 mostram que as diferenças são ainda maiores do que as verificadas com relação ao PIB. A parcela do total do PIB apropriada pelo trabalho na América Latina é 3,3 vezes menor do que na União Europeia e 2,4 vezes menor que nos Estados Unidos. Essas relações indicam que a tese de Marini da superexploração do trabalho na América Latina encontra respaldo nos dados.

Para uma análise mais detalhada de como a apropriação da riqueza se comporta nas três regiões estudadas, utilizou-se as relações percentuais entre remunerações e PIBs.

Através da Tabela 4 são apresentadas as relações percentuais entre geração de riqueza nas regiões estudadas e, também, as diferenças – em pontos percentuais ($\Delta\%$) – entre essas relações. A Tabela 5 apresenta as estatísticas descritivas.

Tabela 4 - Participação percentual das remunerações no PIB das regiões estudadas e a diferença, em pontos percentuais, entre a América Latina e as demais regiões (1995 - 2014)

| Anos | Regiões | | | | |
|------|----------------|----------------|----------------|--------------------|---------------------|
| | União Europeia | Estados Unidos | América Latina | $\Delta\%$ (EU-AL) | $\Delta\%$ (EUA-AL) |
| 1995 | 48,12% | 48,86% | 35,84% | 12,28% | 13,02% |
| 1996 | 47,73% | 48,49% | 34,60% | 13,13% | 13,88% |
| 1997 | 47,37% | 47,97% | 35,51% | 11,86% | 12,46% |
| 1998 | 47,27% | 47,52% | 35,60% | 11,67% | 11,92% |
| 1999 | 47,68% | 47,77% | 35,55% | 12,13% | 12,22% |
| 2000 | 47,84% | 47,78% | 35,61% | 12,22% | 12,16% |
| 2001 | 48,00% | 47,59% | 36,19% | 11,82% | 11,40% |
| 2002 | 47,86% | 47,62% | 35,39% | 12,47% | 12,22% |
| 2003 | 47,72% | 47,57% | 35,41% | 12,31% | 12,16% |
| 2004 | 47,21% | 46,92% | 35,01% | 12,21% | 11,92% |
| 2005 | 46,97% | 46,75% | 34,01% | 12,96% | 12,73% |
| 2006 | 46,70% | 46,33% | 34,25% | 12,45% | 12,08% |
| 2007 | 46,52% | 45,99% | 34,46% | 12,06% | 11,53% |
| 2008 | 47,08% | 46,89% | 34,29% | 12,79% | 12,60% |
| 2009 | 48,56% | 48,50% | 36,05% | 12,52% | 12,45% |
| 2010 | 47,93% | 47,86% | 35,10% | 12,83% | 12,76% |
| 2011 | 47,56% | 47,66% | 35,09% | 12,47% | 12,56% |
| 2012 | 47,82% | 47,94% | 36,15% | 11,67% | 11,79% |
| 2013 | 47,75% | 47,92% | 36,56% | 11,19% | 11,36% |
| 2014 | 47,57% | 47,88% | 36,80% | 10,77% | 11,08% |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Tabela 5 - Estatísticas Descritivas das relações entre remunerações e PIBs nas regiões estudadas (1995 - 2014) em %

| Estatísticas | Regiões | | | | |
|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|---------------------|
| | União Europeia | Estados Unidos | América Latina | $\Delta\%$ (UE-AL) | $\Delta\%$ (EUA-AL) |
| Média | 47,56% | 47,59% | 35,37% | 12,19% | 12,22% |
| Mediana | 47,70% | 47,72% | 35,46% | 12,25% | 12,19% |
| Intervalo | 2,04% | 2,87% | 2,79% | 2,36% | 2,80% |
| Mínimo | 46,52% | 45,99% | 34,01% | 10,77% | 11,08% |
| Máximo | 48,56% | 48,86% | 36,80% | 13,13% | 13,88% |
| Contagem | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Os resultados apresentados nas Tabelas 4 e 5 permitem verificar a existência de diferenças substanciais entre a apropriação da riqueza socialmente gerada pelos trabalhadores da América Latina e as demais regiões. Ao passo que na União Europeia e nos Estados Unidos, a participação das remunerações do trabalho no PIB apresenta percentuais superiores a

45%, e na América Latina esta participação é, em média, 35,37%, não superando os 36,80%. Da mesma forma que quando se analisa os valores monetários do PIB e das remunerações, o percentual máximo atingido pela apropriação do PIB pelos trabalhadores na América Latina não atinge, sequer, o mínimo das outras duas regiões.

Os dados da Tabela 4 mostram que, no período analisado, quase 50% do PIB é apropriado pela massa dos trabalhadores europeus, enquanto que os trabalhadores latino-americanos não são possuidores, ao menos, de 40% da riqueza que produzem.

Com médias praticamente idênticas no período, a União Europeia (47,56%) e os Estados Unidos (47,59%) apresentam, em média, uma participação dos salários no PIB, doze pontos percentuais mais elevada que a América Latina, diferença que atinge os 13,13% entre União Europeia e América Latina e, praticamente, 14% entre essa e os Estados Unidos.

Realizada a análise dos dados, na qual pode-se verificar o comportamento PIB nas regiões em estudo e a intensidade da apropriação do mesmo pelo conjunto dos trabalhadores, é possível passar para as considerações finais.

5 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi o de buscar, através da análise de dados, verificar a forma como a riqueza socialmente produzida na América Latina é apropriada e, dessa forma, comprovar ou refutar a tese de Ruy Mauro Marini sobre a existência de uma superexploração do trabalho na América Latina.

Para tanto, comparou-se o volume e o percentual de participação salarial do PIB na América Latina com esses mesmos volumes e participações na União Europeia e dos Estados Unidos.

Com o intuito de fundamentar a análise fez-se, inicialmente, uma

discussão do papel que a América Latina ocupa na divisão internacional do trabalho, bem como sobre o conceito de superexploração do trabalho, tal qual formulado por Marini (2000).

Após essa fundamentação histórica e conceitual, os dados obtidos das fontes mencionadas foram consolidados e, posteriormente, analisados como descrito na quarta seção do presente trabalho. Não poderia deixar de agradecer ao professor Germán Alarco Tosoni pela imensa gentileza de disponibilizar a base de dados por ele utilizada em seus trabalhos citados neste artigo, o que foi de grande importância para a análise realizada.

A análise dos dados permite afirmar que, comparando-se a América Latina (16 países) com a União Europeia e com os Estados Unidos, no período de tempo estudado, a tese da superexploração do trabalho, formulada por Ruy Mauro Marini, é uma realidade na América Latina.

Dessa forma, pode-se afirmar que a burguesia latino-americana, buscando compensar sua perda de mais-valia, transferida para as elites dos países centrais, as quais é subalterna e das quais é dependente, superexplora a força de trabalho de seus países, apropriando-se em média de 12% a mais da riqueza produzida na região do que o fazem as burguesias das regiões desenvolvidas.

De acordo com Ostry, Berg e Tsangarides (2014 *apud* ALARCO TOSONI, 2017, p. 263), “uma maior desigualdade se associa com um crescimento mais baixo e menos sustentável no longo prazo”¹⁴. Dessa forma, estamos

¹⁴ *una mayor desigualdad se asocia con un crecimiento más bajo y menos sostenible en largo plazo.*

diante de uma situação que, se não revertida, condena a América Latina ao destino de região periférica no modo de produção capitalista.

Trabalhos futuros que incluam países e regiões que não foram incluídos neste, assim como uma série de tempo mais longa, possuem o potencial de permitir um aprofundamento da discussão proposta e uma análise mais robusta da diferenciação existente entre países desenvolvidos e periféricos, no que diz respeito a apropriação da riqueza socialmente produzida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCO TOSONI, G. Ciclos distributivos y crecimiento económico en América Latina. **Cuadernos de Economía**, v. 36, n. 72, 2017. Disponível em: <http://www.fce.unal.edu.co/media/files/Alarco_junio_16.pdf> Acesso em: 29 ago. 2017.

FURTADO, C. **A ECONOMIA LATINO-AMERICANA**: Formação histórica e problemas contemporâneos. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organizado por Emir Sader. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, C. P.; AMORIM, A. A. S. **Pobreza no Brasil e na América Latina: concepções**

restritas sobre realidades complexas. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 132-148, jul./dez. 2010.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini - vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.